

## RELATÓRIO E PARECER - TCE/RS- ANO 2025

Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Passo Fundo - IPPASSO

Gestora: Franceli do Carmo

Presidente do Conselho Deliberativo: Everson da Luz Lopes

Presidente do Conselho Fiscal: João Octávio Ferron

Endereço: Rua Paissandu, 141, sala 01, centro, Passo Fundo - RS

WhatsApp: (54) 33151400

E-mail: [ippasso@ippasso.com.br](mailto:ippasso@ippasso.com.br)

### CONSELHO DELIBERATIVO

Nome	Função	Formação	Certificação	Validade
Everson da Luz Lopes	Presidente	Pós Graduado	Sim	24/06/2028
Luiz Fernando Nadal da Silva	Membro	Pós Graduado	Sim	21/07/2026
Ivone Aimi Camargo	Membro	Pós Graduado	Não	
Marcelo Muller Carneiro	Vice Presidente	Graduado	Sim	01/07/2029
Eliane Rúbia Tondolo	Membro	Pós Graduado	Não	

### CONSELHO FISCAL

Nome	Função	Formação	Certificação	Validade
João Octávio Ferron	Presidente	Pós Graduado	Sim	08/09/2026
Jorge Fernandes Mattos	Vice Presidente	Pós Graduado	Não	
Luís Francisco Simões Boeira	Membro	Graduado	Não	
Marli Salete Nadal	Membro	Graduada	Sim	30/09/2026
Leila Maria Dalbosco Falabrette	Membro	Graduada	Sim	29/07/2026

### COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Nome	Função	Formação	Certificação	Validade
Cleonice Marta Piccini Garcia	Presidente	Pós Graduada	Sim	23/09/2026
Franceli do Carmo	Membro	Graduada	Sim	29/07/2029
Felipe de Almeida Silveira	Membro	Mestrado	Sim	23/12/2029
Carla Rose Roman	Membro	Graduada	Sim	13/05/2029
Káren Petrikovski de Oliveira Cavalli	Membro	Mestrado	Sim	30/12/2029

*(Handwritten signatures in blue ink)*

## ÓRGÃO GESTOR

Nome	Função	Formação	Certificação	Validade
Franceli do Carmo	Presidente	Graduada	Sim	29/07/2029
Eduardo André Lucietto	Diretor Administrativo	Graduado	Sim	02/01/2030
Cleonice Marta Piccini Garcia	Diretora Financeira	Pós-Graduada	Sim	23/09/2026

## Dados da Unidade Gestora:

Este relatório é elaborado com a finalidade de atender o disposto no art. 2º, inciso IV, letra “g”, da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

Compilaram-se e consolidaram-se, aqui, relatórios já disponíveis em diversos locais diferentes no sítio do IPPASSO, link [www.ippasso.com.br](http://www.ippasso.com.br).

Os dados apresentados neste Relatório referem-se ao encerramento do exercício financeiro de 2025, contemplando as normas exigidas na Resolução.

## 1- ANÁLISE DAS CONTAS

Apresenta-se a seguir a análise das contas do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Passo Fundo com dados referentes a análise do equilíbrio financeiro, comunicação de insuficiência se for o caso, conformidade dos repasses, conforme segue:

Em atendimento ao art. 81 da Portaria MTP nº 1467, são considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS.

Quanto aos dados referentes às Receitas e Despesas correlatas aqui, estão melhores discriminadas nos balancetes publicados no site do Ippasso.

As tabelas 1 e 2, abaixo apresentadas, mostram a relação de receitas de despesas do último exercício, 2025:

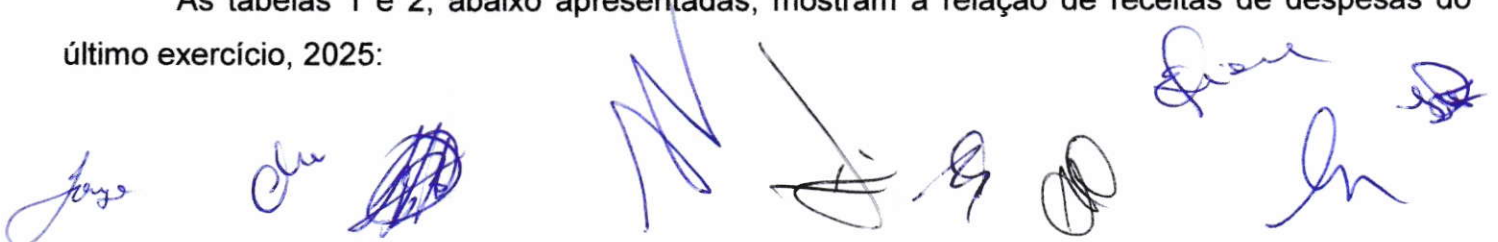


Tabela 1.

Receitas Correntes	Prevista	Realizada	A Realizar
Receita de Contribuições	R\$ 33.785.223,00	R\$ 33.975.946,44	-R\$ 190.723,44
Receita Patrimonial	R\$ 98.000.000,00	R\$ 116.843.740,40	-R\$ 18.843.740,40
Receita IntraOrçamentária	R\$ 54.538.193,00	R\$ 54.881.273,99	-R\$ 343.080,99
Outras Receitas Correntes	R\$ 2.476.584,00	R\$ 3.599.125,94	-R\$ 1.122.541,94
<b>Total Líquido</b>	<b>R\$ 188.800.000,00</b>	<b>R\$ 209.300.086,77</b>	<b>-R\$ 20.500.086,77</b>

Tabela 2.

Despesas	Autorizada	Realizada	Diferença
Despesas Correntes	R\$ 174.780.000,00	R\$ 149.231.692,60	R\$ 25.548.307,40
Despesas Capital	R\$ 220.000,00	R\$ 41.939,14	R\$ 178.060,86
Reserva Contingência	R\$ 13.800.000,00	R\$ -	R\$ 13.800.000,00
<b>Total Líquido</b>	<b>R\$ 188.800.000,00</b>	<b>R\$ 149.273.631,74</b>	<b>R\$ 39.526.368,26</b>

Em seguida, é estabelecida uma relação das contas do período, conforme exposto na tabela abaixo:

Tabela 3.

	(+)	(-)
Receitas Arrecadadas	R\$ 209.300.086,77	R\$ -
Transferência dos Repasses	R\$ 82.898.762,83	R\$ -
Despesas Empenhada/Liquidada	R\$ -	R\$ 149.273.631,74
<b>SUPERÁVIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>R\$ 142.925.217,86</b>

Referente à situação de repasses, estes estão em dia sem atraso de pagamento. As transferências financeiras dos Poderes Executivo, Legislativo, Hospital Beneficente Dr. César Santos e Capasemu, no exercício de 2025, foram de R\$ 82.898.762,83, conforme demonstrado anteriormente na Tabela 3.



**PLANO PREVIDENCIÁRIO – RECEITAS E DESPESAS EXECUTADAS**

REFERÊNCIA - ANO	RECEITAS	DESPESAS
2019	R\$ 98.413.096,40	R\$ 82.251.161,18
2020	R\$ 73.547.405,15	R\$ 89.128.388,51
2021	R\$ 74.361.568,32	R\$ 96.645.817,52
2022	R\$ 119.435.288,44	R\$ 112.610.602,84
2023	R\$ 150.863.051,18	R\$ 125.342.517,30
2024	R\$ 166.417.022,89	R\$ 136.999.923,56
2025	R\$ 209.300.086,77	R\$ 149.273.631,74

No exercício de 2025 a totalização de receitas foi de R\$ **209.300.086,77**.

**DESPESAS DO RPPS:**

**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS:**

Os recursos do RPPS, conforme determina a legislação, somente poderão ser disponibilizados para pagamento de benefícios de aposentadoria e pensões, onde podemos observar a evolução destas despesas dos últimos cinco anos:

	ANO	R\$
<b>APOSENTADORIAS E PENSÕES</b>	2019	R\$ 79.653.012,42
	2020	R\$ 87.806.420,68
	2021	R\$ 95.069.818,37
	2022	R\$ 111.085.623,40
	2023	R\$ 123.713.062,01
	2024	R\$ 135.208.501,53
	2025	R\$ 147.187.664,44

Todas as despesas acima mencionadas foram empenhadas, liquidadas e pagas no exercício de 2025.



## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

De acordo com a Lei Municipal no 3.803/01, em seu art. 31, § 2º, a Despesa Administrativa com a manutenção do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Passo Fundo, não poderá ultrapassar 2,00% da remuneração bruta, investida com os servidores municipais estatutários, inativos e pensionistas.

Esta, segundo os dados constantes da folha de pagamento, alcançou a cifra de R\$ 415.403.609,55 (quatrocentos e quinze milhões, quatrocentos e três mil, seiscentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme quadro abaixo:

<b>Total Exercício 2025</b>		
	<b>Remuneração</b>	<b>Base</b>
Ativos	R\$ 280.144.110,86	R\$ 220.781.957,41
Inativos	R\$ 123.464.420,24	R\$ 23.063.677,69
Pensionistas	R\$ 11.795.078,45	R\$ 1.847.304,91
<b>Total</b>	<b>R\$ 415.403.609,55</b>	<b>R\$ 245.692.940,01</b>

Desse limite o valor utilizado efetivamente para as despesas administrativas foi R\$ 2.085.967,30 (dois milhões, oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta centavos).

Assim sendo, o Instituto utilizou apenas **0,50%** do limite autorizado.

Ainda, de acordo com Lei Federal 9796/1999 e pelo Decreto nº 10.188/2019, que versa sobre a compensação previdenciária entre os regimes, os valores recebidos a título de compensação previdenciária do RPPS, discriminados na seguinte forma:

**Total no ano 2025:**

**RGPS:** R\$ 3.035.223,01

**RPPS (13):**

**Alvorada:** R\$ 523,90

**Carazinho:** R\$ 6.499,87

**Caxias do Sul:** R\$ 43.422,34

**Ernestina:** R\$ 16.631,42

**Guaíba:** R\$ 3.243,24

**São Paulo (Capital):** R\$ 3.214,90



**Santa Catarina:** R\$ 7.606,82

**Laranjeiras do Sul:** R\$ 3.510,78

**Pontão:** R\$ 5.164,12

**Paraná:** R\$6.357,75

**Guaporé:** R\$ 46.129,60

**Mato Grosso:** R\$ 72,67

**Rio Grande do Sul:** R\$ 95.516,74

Totalizando, no RGPS R\$ 3.035.223,01 e nos RPPS R\$ 237.894,15, no total de 3.273.117,16.

A compensação previdenciária, além da receita temos o reembolso de valores, ou seja, um desembolso de valores, o RPPS pagou a título de compensação da seguinte forma:

**RGPS:** R\$ 0,00

**RPPS (7):**

**Porto Alegre:** R\$ 356,46

**Dep. De Central Serv Inativos e Pens MGI:** R\$ 8.456,24

**Mato Grosso do Sul:** R\$ 5.985,07

**Polícia Rodoviária Federal:** R\$ 11.600,55

**Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Sul:** R\$ 3.690,70

**Tribunal Regional do Trabalho da 4 Região:** R\$ 38.043,85

**Estado do Rio Grande do Sul:** R\$ 11.786,33

**Total:** R\$ 79.919,20

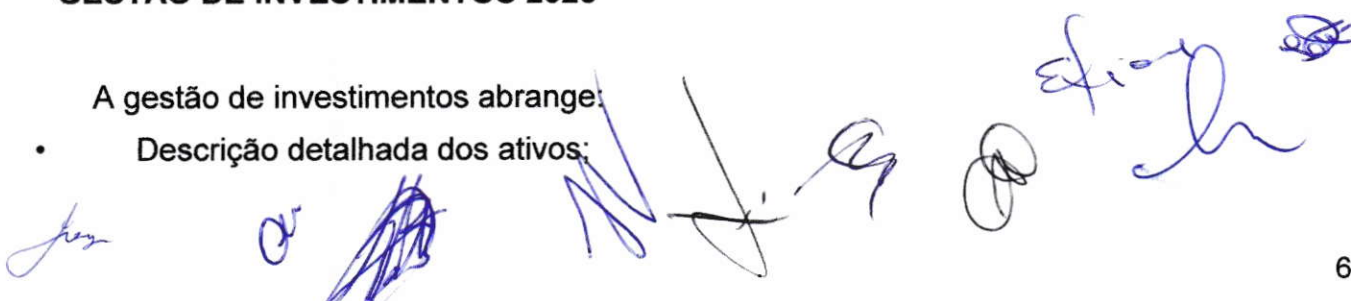
Superávit do COMPREV referente ao exercício 2025: Recebido: 3.273.117,16 – Pago: 79.919,20 = 3.193.197,96.

## 2- CONFORMIDADE DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### GESTÃO DE INVESTIMENTOS 2025

A gestão de investimentos abrange:

- Descrição detalhada dos ativos;



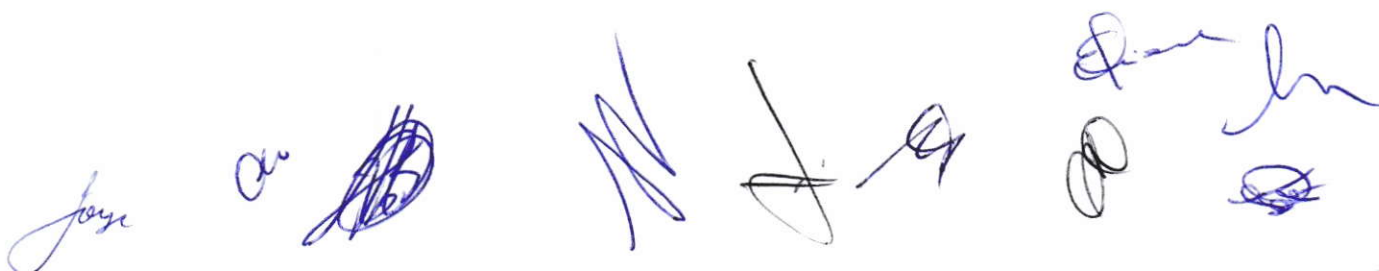
- Descrição detalhada dos investimentos;
- Descrição detalhada das aplicações financeiras.

A política de investimentos para o ano de 2025 APROVADA em 28/11/2024 e enviada via CADPREV-WEB (09/12/2024), cumprindo o prazo final de envio que era até 31/12/2024. Previu que os recursos do RPPS devem ser aplicados conforme a Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria MTP 1467/2022, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Observada a legislação vigente, devem ser alocados, conforme as diretrizes definidas na Política de Investimentos, nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável e investimento no exterior.

Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Data de Envio	Notificação de Irregularidade	Consultar Política de Investimento Digitalizada	Retificação	Imprimir DPIN PDF
Passo Fundo	87.612.537/0001-90	2025	09/12/2024 13:39:40			Não	

Fonte: DATADPREV-CADPREV

A estratégias da PI 2025 aprovada foi:



**RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CMN n° 4.963/2021**

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos				
	Limite da Resolução	Limite do Inciso	Limite inferior	Estratégia a Alvo %	Lim Sup
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>	<b>93,5%</b>				
Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º I a			0,0%	55,0%	100
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º I, b	100%	100%	0,0%	20,0%	100
Fundo/Classe de Investimento em Índice de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º			0,0%	0,0%	2
Operações Compromissadas - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º II	5%	5%	0,0%	0,0%	0
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º III, a	60%	60%	0,0%	15,0%	60
Fundo/Classe de Investimento em Índice de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º III, b			0,0%	0,0%	2
Ativos de Renda Fixa Emitidos por instituição financeira - Art. 7º IV	20%	20%	0,0%	2,0%	15
Fundo/Classe de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Subclasse Sênior - Art. 7º V, a	5%		0,0%	0,0%	0
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º V, b	5%	15%	0,0%	1,5%	5
Fundo/Classe de Investimento em Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º V, c	5%		0,0%	0,0%	0
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>	<b>6,5%</b>				
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º I			0,0%	5,0%	10
Fundo/Classe de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Art. 8º II	30%	30%	0,0%	0,0%	10
Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - art. 8º III			0,0%	1,5%	5
Fundo/Classe de Investimento em BDR-ETF - art. 8º IV			0,0%	0,0%	5
<b>Investimento no Exterior - Art. 9º</b>	<b>0,0%</b>				
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	10%	10%	0,0%	0,0%	1
Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior - Art. 9º, II			0,0%	0,0%	5
<b>Fundos Estruturados - Art. 10º</b>	<b>0,0%</b>				
Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10 I	10%		0,0%	0,0%	10
Fundo/Classe de Investimento em Participações - Art. 10, II	5%	15%	0,0%	0,0%	0
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Mercado de Acesso - Art. 10, III	5%		0,0%	0,0%	0
<b>Fundos Imobiliários - Art. 11º</b>	<b>0,0%</b>				
Fundo/Classe de Investimento Imobiliário - Art. 11	5%	5%	0,0%	0,0%	0
<b>Empréstimos Consignados Art. 12º</b>	<b>0,0%</b>				
Empréstimos Consignados - Art. 12º	5%	-	0,0%	0,0%	0
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>				

Fonte: ANEXO I da POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

**RENDIMENTOS**

Total de rendimentos apurados nas aplicações financeiras, no exercício de 2025 foi de R\$ 114.273.213,35.

**SALDO FINAL**

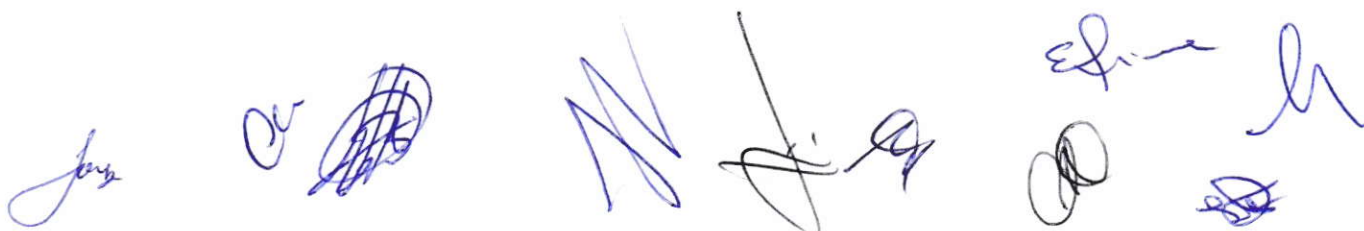
O montante do capital do IPPASSO apurado em 31.12.2025 foi de R\$ 1.011.438.495,45 está investido nos fundos de investimentos e somado a C/C conforme:

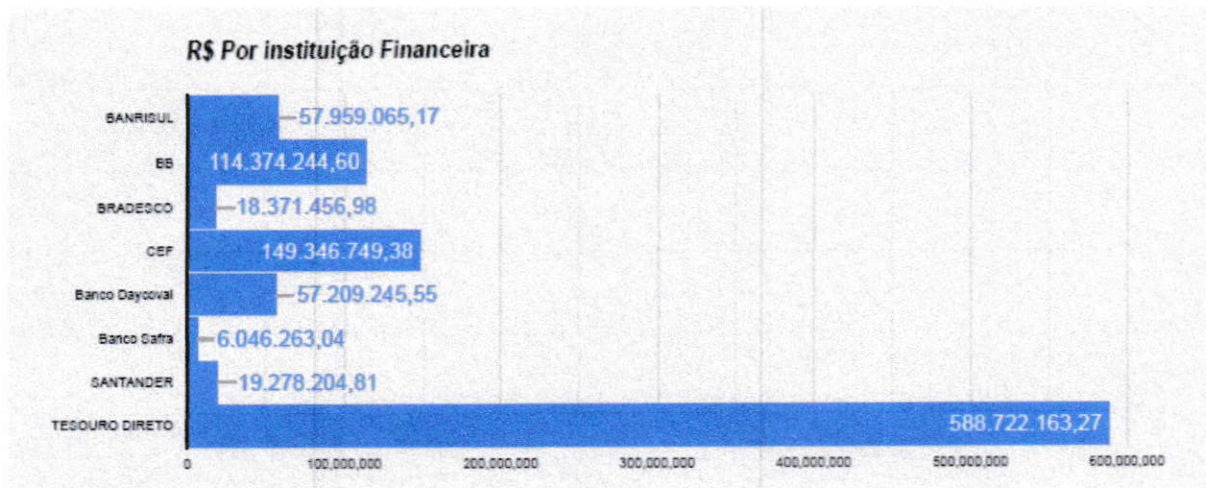
Composição da Carteira	12/2025	
	R\$	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	54.953.219,73	5,43
BANRISUL ON NI (BR5R3)	1.945.507,20	0,19
BANRISUL PNB NI (BR5R6)	1.060.338,24	0,10
BB AÇÕES GLOBAIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	12.215.526,39	1,21
BB BOLSA AMERICANA RESP LIMITADA FIF AÇÕES	4.106.281,09	0,41
BB FLUXO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	1.604,59	0,00
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	77.101.830,37	7,62
BB TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	20.949.201,36	2,07
BRADESCO PERFORMANCE INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LP	11.868.933,56	1,17
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	6.502.523,42	0,64
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES	495.963,29	0,05
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	41.436.841,39	4,10
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	95.258.764,99	9,42
CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NIVEL I	12.155.179,71	1,20
GUERARDO VALOR INSTITUCIONAL FIF	22.121.503,27	2,19
LF IPCA DAYCOVAL (20/04/2029)	8.424.151,52	0,83
LF IPCA SAFRA (02/03/2026)	6.046.263,04	0,60
LF IPCA SANTANDER (19/11/2029)	11.324.458,61	1,12
NTN-B 760199 (1432585) 15/05/2033 (10.06.24) - C. GENIAL - IPPASSO	10.759.004,07	1,06
NTN-B 760199 (1619879) 15/08/2028 (11/10/2024) - C. GENIAL - IPPASSO	21.592.020,69	2,14
NTN-B 760199 (1704317) 15/05/2029 (04/11/2024) - C. GENIAL - IPPASSO	20.809.506,57	2,06
NTN-B 760199 (3106084) 15/08/2028 (03/01/2025) - C. GENIAL - IPPASSO	21.167.346,98	2,09
NTN-B 760199 (3145246) 15/08/2032 (30/01/2025) - C. GENIAL - IPPASSO	15.693.048,56	1,55
NTN-B 760199 (3296992) 15/08/2026 (15/03/2025) - C. GENIAL - IPPASSO	15.640.026,47	1,55
NTN-B 760199 (3306938) 15/05/2029 (21/03/2025) - C. GENIAL - IPPASSO	18.396.715,69	1,82
NTN-B 760199 (3320936) 15/08/2026 (02/06/2025) - C. GENIAL - IPPASSO	15.553.359,49	1,54
NTN-B 760199 (3382187) 15/08/2026 (11/07/2025) - C. GENIAL - IPPASSO	14.371.643,38	1,42
NTN-B 760199 (3613954) 15/05/2033 (17/12/2025) - C. GENIAL - IPPASSO	20.079.133,48	1,99
NTN-B 760199 (637650) 15/05/2035 (28.06.22) - C. GENIAL - IPPASSO	28.694.901,33	2,84
NTN-B 760199 (689505) 15/05/2027 (20.07.22) - C. GENIAL - IPPASSO	28.838.958,99	2,85
NTN-B 760199 (835757) 15/05/2035 (18.11.22) - C. GENIAL - IPPASSO	2.912.513,12	0,29
NTN-B 760199 (844643) 15/08/2030 (28.11.22) - C. GENIAL - IPPASSO	32.537.163,72	3,22
NTN-B 760199 (928020) 15/05/2035 (03.03.23) - C. GENIAL - IPPASSO	4.347.601,86	0,43
NTN-B 760199 (928021) 15/05/2035 (03.03.23) - C. GENIAL - IPPASSO	426.064,98	0,04
NTN-B 760199 (928021) 15/08/2040 (29.04.24) - C. GENIAL - IPPASSO	21.650.907,69	2,14
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	7.953.746,20	0,79
TARFON GT INSTITUCIONAL FIF	26.663.590,76	2,64
TPF EM CUSTÓDIO DO BB - IPPASSO	295.252.246,21	29,20
<b>Total:</b>	<b>1.011.307.392,80</b>	<b>100,00</b>

Disponibilidade em conta corrente:	131.102,65
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	1.011.438.495,45

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

OS FUNDOS APLICADOS ESTÃO DISTRIBUÍDOS NAS INSTITUIÇÕES:





Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

Todas as Instituições financeiras constam na lista exaustiva do MPS.

### META DA PI 2025

A meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2025 determinada na PI foi de (INPC+4,93%). O IPPASSO em 31.12.2025 obteve uma rentabilidade acumulada de R\$ 114.273.213,35, que equivale a 143,93% da meta da PI para o exercício, ou seja, atingiu a meta do ano. O IPPASSO conseguiu 12,98% no exercício e a meta foi de 9,02%.

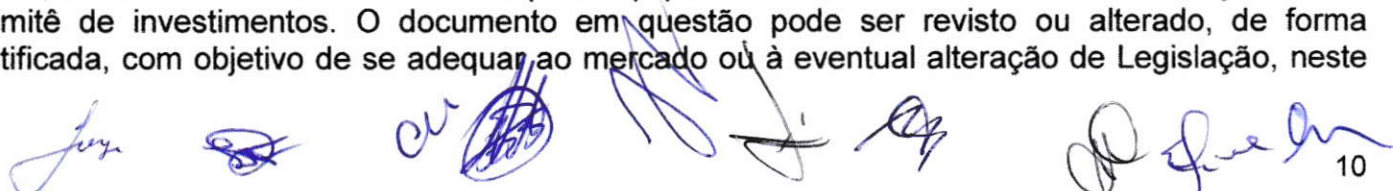
MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META	% da Meta	
	R\$	%			
12/2025	R\$ 114.273.213,35	12,9828%	INPC + 4,93%	9,02 %	143,93%

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

Conseguimos estar acima da meta, diante que a carteira permaneceu bem diversificada, ao longo exercício foram realizadas realocações na carteira, redistribuindo ativos conforme o cenário econômico.

### ENQUADRAMENTOS

Como já tratado anteriormente, a Política de Investimentos traz os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, estruturados, fundos imobiliários, em consonância com a legislação vigente. Além desses limites, há vedações específicas que visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. São utilizados cenários projetados pelo mercado atual e futuro, bem como análises realizadas pela equipe da Consultoria Referência em conjunto com Comitê de investimentos. O documento em questão pode ser revisto ou alterado, de forma justificada, com objetivo de se adequar ao mercado ou à eventual alteração de Legislação, neste



segundo semestre NÃO FOI NECESSÁRIA nenhuma alteração na redação da PI e nem de % de limites superiores dela.

O enquadramento final do segundo semestre demonstramos abaixo:

Enquadramento 4.963/2021 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R\$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
Titulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7, I, "a"	588.722.163,27	58,21%	55,00%	100,00%	ENQUADRADO
FI 100% titulos TN - Art. 7º, I, "b"	75.902.421,09	7,51%	20,00%	100,00%	ENQUADRADO
FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	228.751.074,24	22,62%	15,00%	60,00%	ENQUADRADO
Ativos Financeiros RF de emissão com Obrigação ou coobrigação de instituição financeira - Art. 7º, IV	25.794.873,17	2,55%	2,00%	15,00%	ENQUADRADO
FI em Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, "b"	11.868.933,56	1,17%	1,50%	5,00%	ENQUADRADO
FI Ações - Art. 8º, I	52.891.375,93	5,23%	5,00%	10,00%	ENQUADRADO
Ativos não previstos 4.963	3.005.845,44	0,30%	-	-	DESENQUADRADO
Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - Art. 8º, III	24.370.706,10	2,41%	1,50%	5,00%	ENQUADRADO
<b>Total:</b>	<b>1.011.307.392,80</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>		

Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA- conjuntura econômica

OBS: O "ativo não previsto" no valor de R\$ 3.005.845,44, citado no enquadramento acima é referente as ações do BANRISUL recebidas com a liquidação do fundo AUSTRO PIPE BANCOS. Estas ações estão sendo monitorada para uma futura venda, mas não estamos tendo apontamento no DAIR, pois o aporte no fundo foi realizado conforme Resolução 4963/2021.

## CONTROLE DAIR- ENQUADRAMENTOS

O envio do DAIR, que é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ocorrer até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, segundo o art. 241, inciso IV, alínea "b" da Portaria do MTP nº 1.467 de 2022. Todos os DAIR foram enviados no prazo e o CRP em dia do ENTE.

## RESUMO DO MERCADO FINANCEIRO DE 2025

O segundo semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico ainda desafiador, porém com maior clareza quanto às direções das políticas monetária e fiscal, tanto no cenário internacional quanto no doméstico.

### Cenário Internacional

No segundo semestre, os mercados globais passaram a operar com menor grau de surpresa, embora a volatilidade tenha permanecido elevada. Após o forte estresse observado no início do ano, o ambiente externo entrou em fase de acomodação, sustentado por sinais de maior pragmatismo nas relações comerciais e pela expectativa de ajustes graduais na política monetária das principais economias.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve manteve postura cautelosa, mas os mercados passaram a precificar de forma mais consistente a possibilidade de cortes graduais de juros nos anos seguintes. Esse movimento trouxe algum alívio para os ativos de risco e para os mercados emergentes.

O dólar permaneceu em patamar mais fraco frente às principais moedas, favorecendo a



valorização de ativos fora dos Estados Unidos. Bolsas europeias e asiáticas seguiram atraentes, assim como commodities, com destaque para o ouro, que continuou sendo utilizado como proteção diante das incertezas geopolíticas e fiscais.

A diversificação geográfica ganhou ainda mais força no segundo semestre, com redução da concentração em ativos norte-americanos e maior busca por equilíbrio entre risco e retorno. Esse movimento também sustentou o dinamismo do mercado global de fusões e aquisições.

Na renda fixa internacional, os Treasuries permaneceram com juros elevados, mas com tendência de estabilização. A sinalização de possíveis cortes futuros passou a influenciar positivamente os preços dos títulos, sobretudo nos vencimentos mais longos.

Quanto a China, a expectativa de crescimento do PIB para 2025 foi ajustada para 4,8%, após impactos iniciais de tensões tarifárias

### **Cenário Econômico Brasil**

No Brasil, o segundo semestre foi marcado pelo foco quase exclusivo na política fiscal. O mercado acompanhou de perto a capacidade do governo de cumprir as metas do arcabouço fiscal, fator determinante para o comportamento da curva de juros de longo prazo.

A taxa Selic permaneceu em torno de 15% ao ano durante grande parte do período, mantendo a política monetária bastante restritiva. Essa postura contribuiu para a continuidade do processo de desaceleração da inflação, ainda que os índices permanecessem acima do centro da meta.

Em meados de agosto os EUA implementou o chamado "tarifaço", estabelecendo uma alíquota padrão de 50% sobre uma vasta gama de produtos brasileiros. Inicialmente, o pacote previa atingir quase toda a pauta exportadora, que somou US\$ 40,3 bilhões em 2024. Contudo, em novembro, houve uma atenuação das tensões comerciais após novos acordos; a administração norte-americana removeu tarifas adicionais de 40% sobre produtos brasileiros, beneficiando diretamente a agropecuária.

O real seguiu relativamente valorizado frente ao dólar, apoiado pelo diferencial elevado de juros, pela entrada de capital estrangeiro e pelos termos de troca favoráveis. Esse cenário trouxe maior previsibilidade ao ambiente doméstico, ainda que persistissem riscos associados à dinâmica fiscal.

As projeções de crescimento do PIB para 2025 se consolidaram na faixa entre 2,1% e 2,3%, refletindo atividade econômica mais resiliente do que se esperava no início do ano. O período foi marcado por um "pouso suave", com desaceleração gradual da atividade devido à política monetária contracionista e perda de tração da demanda interna. O setor de serviços e a agropecuária (com alta de 11,0%) foram os principais pilares de sustentação.

### **Evolução dos Investimentos no 2º Semestre**

No segundo semestre, a renda fixa continuou sendo o principal pilar de retorno, especialmente os ativos atrelados ao CDI, que seguiram apresentando desempenho elevado em função da Selic alta.

Os títulos prefixados e indexados à inflação apresentaram comportamento mais sensível às notícias fiscais. Oscilações na percepção de risco levaram a períodos de volatilidade, sobretudo nos vértices mais longos da curva de juros.

O crédito privado manteve prêmios atrativos, mas com episódios pontuais de estresse, reforçando a necessidade de análise criteriosa, diversificação e atenção à liquidez dos ativos.

A renda variável teve desempenho mais equilibrado no segundo semestre, beneficiada



pela expectativa de queda futura dos juros e pela melhora gradual do cenário macroeconômico, ainda que com volatilidade persistente. Assim, o Ibovespa fechou o ano com uma expressiva valorização de 34% atingindo recordes nominais próximos a 160 mil pontos.

Diante da análise dos relatórios enviados pela consultoria Referência, bem como, acompanhamento mensal por parte do gestor comitê de investimentos e conselhos, a parte dos investimentos versus a meta versus o **ENQUADRAMENTO DA PI no ano de 2025**, foram atendidas as normas em vigor e a política de investimentos na gestão de recursos do RPPS, e não foram verificadas deficiências e irregularidades no período, reiteramos que estão disponíveis para consulta nas fontes indicadas, e considerando as exigências legais pertinentes aos RPPS, no que diz respeito a organização. Ressaltamos ainda que o RPPS atingiu a meta em 143,93% e todos os fundos que compõem a carteira do IPPASSO estavam enquadrados, exceto as ações do BANRISUL recebidas com a liquidação do fundo AUSTRO PIPE BANCOS, constante na planilha de enquadramento da página 11.

### 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste eixo o RPPS demonstrará que os valores foram registrados, as provisões matemáticas informadas no exercício, os ativos financeiros e parcelamentos a receber, bem como valores decorrentes dos aportes mantidos em aplicação por 5 anos.

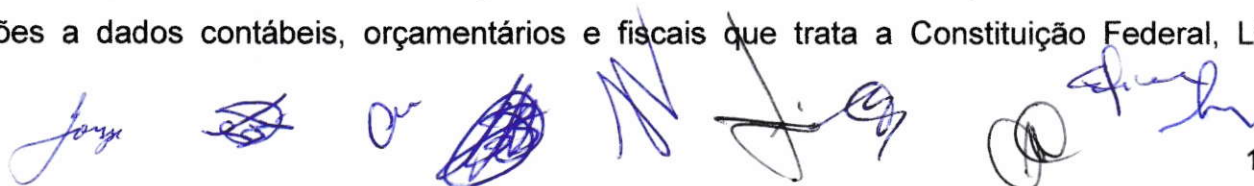
A gestão financeira e orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Passo Fundo será visualizada através dos demonstrativos a seguir, sendo estes:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstrativo de Variação Patrimonial.

Observa-se que as demonstrações contábeis do RPPS foram elaboradas conforme exigência da Portaria nº 1467/2022 e do MCASP e estão publicados no endereço eletrônico: <https://www.ippasso.com.br/site/demonstracoes-financeiras-e-contabeis/>

As provisões foram lançadas no grupo 227 de acordo com o Plano de Contas do TCE-RS.

Sendo que os dados e informações dos instrumentos de transparência fiscal e as informações a dados contábeis, orçamentários e fiscais que trata a Constituição Federal, LC



101/2000 e Portaria STN 642/2019, compõem a matriz de saldos contábeis – MSC, enviado mensalmente através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

#### 4 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO PREVISTO NA AVALIAÇÃO ATUARIAL

##### EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

A situação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Passo Fundo, gerido pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PASSO FUNDO – IPPASSO** reflete a dinâmica entre os benefícios concedidos, as provisões constituídas e os recursos disponíveis para financiamento das obrigações futuras. Este relatório tem como objetivo apresentar a evolução da situação atuarial, sob a ótica das boas práticas de governança previdenciária, com base nos dados apurados nos anos de 2023 a 2025.

Conforme disposto na Portaria MPS nº 1.467/2022, considera-se equilíbrio atuarial a condição em que o conjunto de contribuições e ativos garantidores é suficiente para a cobertura dos compromissos previdenciários presentes e futuros, observadas as hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial.

Dessa forma, a análise a seguir apresenta a variação da quantidade e do custo dos benefícios, bem como sua relação com a folha de pagamento dos servidores ativos, contextualizando os resultados do **IPPASSO**.

##### Evolução da quantidade de servidores ativos e de benefícios por tipo

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
<b>Total de servidores ativos</b>	<b>2.503</b>	<b>2.577</b>	<b>2.915</b>
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	1.112	1.151	1.198
Aposentadoria por Invalidez Permanente	152	154	154
Pensão por Morte	185	188	193
<b>Total de benefícios (inativos)</b>	<b>1.449</b>	<b>1.493</b>	<b>1.545</b>

A tabela acima evidencia crescimento contínuo tanto da população ativa quanto da inativa ao longo do período de 2023 a 2025, indicando a expansão e o amadurecimento gradual do plano previdenciário.

O número de servidores ativos passou de 2.503 para 2.915, representando um aumento de aproximadamente **16,5%**, com destaque para o crescimento mais expressivo entre 2024 e 2025, decorrente do ingresso de novos servidores no serviço público.

No mesmo período, o total de benefícios evoluiu de 1.449 para 1.545 (**+6,6%**), impulsionado principalmente pelo aumento das aposentadorias programadas, que cresceram de 1.112 para



1.198. Esse comportamento é esperado em planos em processo de maturação, à medida que parte dos servidores ativos atinge os requisitos para aposentadoria.

As aposentadorias por invalidez mantiveram-se estáveis, enquanto as pensões por morte apresentaram leve crescimento, refletindo a dinâmica demográfica da massa segurada sem grandes oscilações nesses eventos.

Já a evolução do plano de custeio ao longo dos exercícios evidencia a dinâmica do regime e seus desafios para o equilíbrio de longo prazo. O plano de custeio consiste nas fontes de recursos necessárias ao financiamento dos benefícios previdenciários e do custeio administrativo, estruturado por meio das alíquotas de contribuição devidas pelo ente federativo, servidores ativos, aposentados e pensionistas, conforme apresentado a seguir.

### **Evolução dos custos por tipo de benefício**

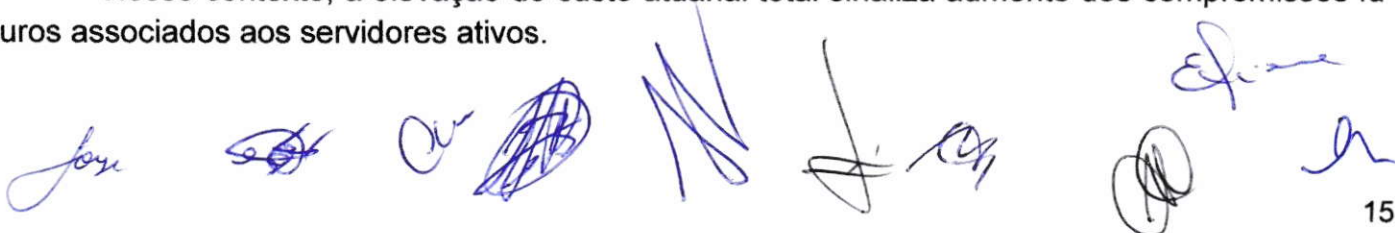
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	R\$ 24.455.418,32	R\$ 29.794.045,36	R\$44.356.508,59
Aposentadoria por Invalidez Permanente	R\$ 2.674.358,37	R\$ 3.069.918,59	R\$3.525.321,64
Pensão por Morte de Servidor em Atividade	R\$ 3.024.913,01	R\$ 3.291.123,81	R\$2.309.609,15
Pensão por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	R\$ 2.723.332,41	R\$ 3.380.976,07	R\$2.835.301,38
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	R\$ 208.902,49	R\$ 243.265,14	R\$258.928,91
Custeio administrativo	R\$ 6.675.102,09	R\$ 7.347.442,25	R\$8.308.072,19
<b>Total</b>	<b>R\$ 39.762.026,69</b>	<b>R\$ 47.126.771,23</b>	<b>R\$61.593.741,86</b>

As informações da tabela acima evidenciam a evolução do custo atuarial dos benefícios a conceder, associado à massa de servidores ativos, com crescimento expressivo ao longo do período analisado. O custo total passou de R\$ 39,76 milhões em 2023 para R\$ 61,59 milhões em 2025, representando uma variação acumulada de aproximadamente 54,9%.

As aposentadorias programadas permanecem como o principal componente do custo atuarial, apresentando elevação significativa, especialmente entre 2024 e 2025. Esse comportamento reflete, sobretudo, o ingresso de novos servidores e alterações no perfil da massa ativa — como envelhecimento, progressão remuneratória e maior proximidade dos servidores aos requisitos de elegibilidade — além de revisões nas hipóteses atuariais. Os custos relacionados à aposentadoria por invalidez também apresentaram crescimento gradual.

Já as pensões por morte demonstraram comportamento mais volátil, com redução em 2025 em algumas categorias, o que pode estar associado a ajustes nas premissas biométricas ou à própria composição da massa de dependentes dos servidores ativos. O custeio administrativo, por sua vez, apresentou crescimento contínuo no período.

Nesse contexto, a elevação do custo atuarial total sinaliza aumento dos compromissos futuros associados aos servidores ativos.



Diante da evolução dos custos observada, torna-se relevante analisar de que forma tais variações se refletem no plano de financiamento do regime, especialmente no que se refere à composição e à adequação das alíquotas de custeio, conforme apresentado a seguir.

### **Evolução das alíquotas de custeio - custo previdenciário total**

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	15,18%	15,99%	19,30%
Aposentadoria por Invalidez Permanente	1,66%	1,65%	1,53%
Pensão por Morte de Servidor em Atividade	1,88%	1,77%	1,01%
Pensão por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	1,69%	1,81%	1,23%
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,13%	0,13%	0,11%
Custeio administrativo	4,14%	3,94%	3,62%
<b>Total</b>	<b>24,67%</b>	<b>25,28%</b>	<b>26,80%</b>

A tabela acima apresenta a evolução das alíquotas de custeio do RPPS no período de 2023 a 2025, evidenciando a elevação gradual da alíquota normal total apurada pelo método de financiamento ao longo dos três exercícios, em consonância com o crescimento dos custos previdenciários observados anteriormente. O custeio administrativo apresentou leve redução percentual no período, ainda que tenha registrado crescimento em termos absolutos, indicando uma readequação de sua participação relativa no custo total.

Ademais, conforme consta do Relatório da Avaliação Atuarial 2026, embora o método de financiamento (Prêmio Nivelado Individual – PNI) tenha apurado uma alíquota normal total de 26,80%, inferior à alíquota vigente de 28%, esta foi mantida em razão da existência de déficit atuarial, sendo a diferença entre as alíquotas refletida por meio de ajustes nas contas atuariais correspondentes.

Em sequência, tem-se a evolução do resultado atuarial, permitindo avaliar a relação entre os ativos garantidores e as provisões matemáticas, bem como a variação do equilíbrio atuarial ao longo do tempo.

### **Evolução do resultado atuarial**

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	VAR
<b>Ativos Garantidores dos Compromissos (1)</b>	<b>R\$ 763.088.949,24</b>	<b>R\$ 868.026.390,96</b>	<b>R\$ 1.011.438.495,37</b>	<b>16,52%</b>
(+) Aplicações e Recursos – DAIR	R\$ 763.088.949,24	R\$ 868.026.390,96	R\$ 1.011.438.495,37	16,52%
(-) Reserva administrativa	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
(+) Parcelamentos de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
<b>Créditos para Amortização de Déficit Atuarial – INTRA OFSS (2)</b>	<b>R\$ 213.152.683,12</b>	<b>R\$ 229.590.557,59</b>	<b>R\$ 240.811.290,97</b>	<b>4,89%</b>
<b>Provisões Matemáticas (3)</b>	<b>R\$ 1.304.480.159,19</b>	<b>R\$ 1.606.566.119,35</b>	<b>R\$ 1.818.035.732,09</b>	<b>13,16%</b>
(+) Benefícios Concedidos	R\$ 553.931.163,67	R\$ 632.557.618,38	R\$ 695.149.094,46	9,89%



DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	VAR
(+) Benefícios a Conceder	R\$ 750.548.995,52	R\$ 974.008.500,97	R\$ 1.122.886.637,63	15,29%
<b>Resultado Atuarial (4 = 1 + 2 - 3)</b>	<b>-R\$ 328.238.526,83</b>	<b>-R\$ 508.949.170,80</b>	<b>-R\$ 565.785.945,75</b>	<b>11,17%</b>
<b>Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas</b>	<b>58,50%</b>	<b>54,03%</b>	<b>55,63%</b>	<b>-</b>

Conforme demonstrado na tabela, observa-se crescimento de 16,52% nos Ativos Garantidores dos Compromissos entre 2024 e 2025, impulsionado integralmente pela elevação das aplicações e recursos registrados no DAIR, evidenciando a evolução da base de ativos do plano no período.

Os Créditos para Amortização de Déficit Atuarial – INTRA OFSS apresentaram crescimento de 4,89%, mantendo participação relevante na estrutura de financiamento do plano, ainda que em ritmo inferior ao verificado para os ativos garantidores.

No que se refere ao passivo atuarial, as Provisões Matemáticas registraram elevação de 13,16%, refletindo o aumento tanto dos benefícios concedidos (+9,89%) quanto, de forma mais expressiva, dos benefícios a conceder (+15,29%). Esse comportamento evidencia a expansão dos compromissos futuros do plano, especialmente em função da evolução da massa de segurados e beneficiários.

Em relação ao Resultado Atuarial, verifica-se a manutenção de déficit ao longo de todo o período analisado, com agravamento de 11,17% entre 2024 e 2025, atingindo o montante de R\$ 565.785.945,75. Esse resultado decorre do crescimento conjunto dos passivos atuariais, em patamar relevante, ainda que parcialmente compensado pela evolução dos ativos garantidores e dos créditos de amortização.

Por fim, o Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas apresentou leve recuperação em 2025, passando de 54,03% para 55,63%, ainda que permaneça em nível inferior ao observado em 2023. Esse indicador reforça a necessidade de acompanhamento contínuo da relação entre ativos e passivos, de modo a assegurar a trajetória de equilíbrio financeiro e atuarial do plano.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório tem por base o planejamento estratégico estruturado no referido ano. O planejamento é alterado na medida em que as demandas e necessidades surgem, quer dizer, não é estático e fixo, e sim modificável sempre que necessário, visando a melhor gestão do tempo e das atividades do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Passo Fundo.

O presente Relatório buscou dar transparência e visibilidade ao que foi executado no último exercício, no que tange aos métodos de trabalho empregados, assim como atualizações quanto aos dados dos segurados e serviços previdenciários, dados de receitas e despesas, evolução da situação atuarial e atividades institucionais.



## 6 - PARECER

Considerando o disposto na Resolução TCE nº 1.134/2020, art. 2º, IV, “g”, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a Lei Municipal nº 4221/2005, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Passo Fundo de que trata o art. 40 da Constituição República, apresentamos o relatório e parecer destes Conselhos sobre a gestão operacional, econômica e financeira do IPPASSO, relativamente ao exercício financeiro de 2025, podemos constatar que:

Referente aos registros de comunicações para os órgãos, o IPPASSO encaminhou o ofício nº 50/2025 ao Executivo, para que o ente enviasse o Projeto de Lei visando o equacionamento do déficit atuarial, de acordo com a avaliação na data de 31/12/2024, que apurou déficit de R\$ 508.949.170,81. A presidente do RPPS informou aos Conselhos o envio do processo administrativo número 2024/16924 ao executivo, para conhecimento do relatório da avaliação atuarial data base de 31/12/2024 e análise das alternativas para a revisão das receitas suplementares em vigência pela Lei 5500/2020, com vista a equacionar o déficit atuarial. Cabe ressaltar que os ofícios e o processo não foram respondidos até a presente data. Cabe ressaltar, que desde 2022, vem sendo enviados reiterados ofícios ao executivo para o equacionamento do déficit atuarial.

- Por fim, o déficit atuarial apurado, considerando o plano de amortização existente, em 31/12/2025, montou a R\$ 565.785.945,75, ou seja, teve um acréscimo percentual de 11,77% em relação ao ano anterior.

- O art. 40 da Constituição Federal, ou seja, o caráter contributivo e solidário foi assegurado, conforme observado na Lei Municipal nº 4.221/2005.

- Comparando receitas e despesas no exercício financeiro de 2025, observou-se um superávit na ordem de R\$142.925.217,86. Não sendo necessária adoção de práticas para sanar a insuficiência financeira de acordo com recomendação do TCE através do Ofício DCF 03/2023;

- Referente à situação de repasses, estes estão em dia sem atraso de pagamento. As transferências financeiras dos Poderes Executivo, Legislativo, Hospital Beneficente Dr. César Santos e Capasemu, no exercício de 2025, foram de R\$ 82.898.762,83;

- Referente ao Comprev, este registrou Superávit referente ao exercício 2025: Valor Recebido: 3.273.117,16 – Pago: 79.919,20 = 3.193.197,96.

- Quanto aos beneficiários, o RPPS, cobre única e exclusivamente aos servidores públicos titulares de cargo efetivo e seus dependentes conforme Lei Municipal nº 4.221/2005;

- Os benefícios concedidos pelo RPPS estão sendo atendidos de acordo com a determinação da Lei Municipal 4.221/2005, sendo eles aposentadorias e pensão por morte, total de 1.545 beneficiários em 2025. Sendo que o pagamento dos benefícios ocorre de forma direta, mediante folha de pagamento, gerenciado pela Unidade Gestora atendendo assim o art. 71 da Portaria 1467/2022.

- O acesso a informações é garantido a todos os servidores, primando pela transparência de todos os atos que envolvam o RPPS, através de atendimentos ao protocolo, disponibilização em meios eletrônicos.




- Os registros contábeis foram realizados de acordo com as normas legais de forma distinta da contabilidade do Município, sendo que todas as demonstrações contábeis foram elaboradas e publicadas de acordo com o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

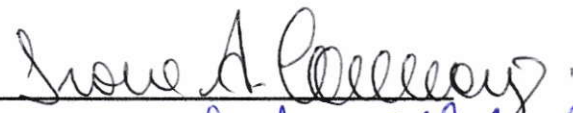
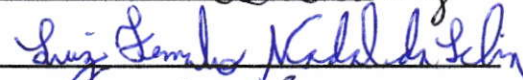
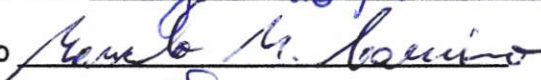
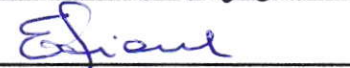
À vista do relatório, o Conselho Deliberativo do IPPASSO, é de parecer que as normas que regem a instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Passo Fundo foram atendidas de forma tempestiva, cumpridas de acordo com as exigências legais. Tanto que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi mantido automaticamente.

Entende-se que o parecer é **COM RESSALVAS**, tendo em vista ofícios e requerimentos ao executivo e legislativo, referente a busca do equacionamento do déficit atuarial, que não foram atendidos ou respondidos até o momento, com os demais atos realizados em consonância com a legislação e normas aplicáveis aos RPPS.

Rasso Fundo, 23 de abril de 2026.

  
**Everson da Luz Lopes**  
Presidente Conselho Deliberativo

Conselheiros:

Ivone Aimi Camargo   
Luiz Fernando Nadal da Silva   
Marcelo Muller Carneiro   
Eliane Rubia Tondolo 

À vista do relatório, o Conselho Fiscal do IPPASSO, é de parecer que as normas que regem a instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Passo Fundo foram atendidas de forma tempestiva, cumpridas de acordo com as exigências legais. Tanto que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi mantido automaticamente.

Entende-se que o parecer é **COM RESSALVAS**, tendo em vista ofícios e requerimentos ao executivo e legislativo, referente a busca do equacionamento do déficit atuarial, que não foram



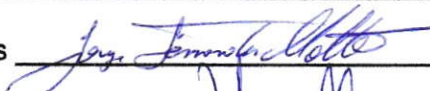
atendidos e respondidos até o momento, com os demais atos realizados em consonância com a legislação e normas aplicáveis aos RPPS.

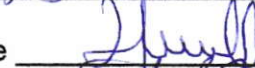
Passo Fundo, 23 de abril de 2026.

  
**João Octávio Ferron**  
Presidente Conselho Fiscal

Conselheiros:

Marli Salete Nadal 

Jorge Fernandes Mattos 

Leila Maria Dalbosco Falabrette 

Luis Francisco Simões Boeira 